



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44)3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaraem.com.br

www.camaraem.com.br

ASSESSORIA DE BANCADA DO PP

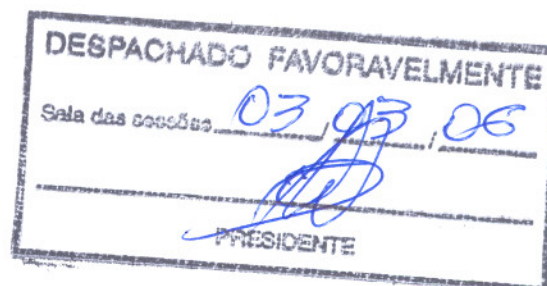
INDICAÇÃO

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 235/2006

Campo Mourão, 21/02/06 Horas 13:22

Eliás
PROTOCOLISTA



O Vereador que a presente subscreve, no uso de suas atribuições Parlamentares, do Caderno Normativo desta Casa de Leis, vem através da presente **INDICAR** ao Chefe do Executivo Municipal - Senhor Nelson José Tureck a seguinte proposição:

- Através de notificação aos proprietários, para que realize a limpeza nos terrenos localizados nas quadras 52, 35 e 43 entre as Ruas 16 de Março e Pavão, no Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira.

Caso os proprietários não executem o serviço, a Prefeitura Municipal se encarregará da limpeza debitando as custas do serviço aos mesmos.

JUSTIFICATIVA

A pedido dos moradores abaixo-assinados, solicitamos a limpeza dos lotes acima descritos, pois tem sido freqüente o aparecimento de insetos nas residências próximas ao local.

Haja vista que o local tem facilitado á ação de marginais devido ao tamanho do mato e também tem sido utilizado para despejo de vários tipos de resíduos.

P.Deferimento.

SALA DE SESSÕES, 21 de fevereiro de 2006

[Signature]
ISIDORO MORAES

Vereador

VP

NÓS MORADORES DA RUA PAVÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DR. MILTON LUIZ PEREIRA, ABAIXO SUBSCRITOS, ESTAMOS ATRAVÉS DESTES SOLICITANDO A ATENÇÃO DAS AUTORIDADES COMPETENTES NO QUE DIZ RESPEITO À LIMPEZA DOS TERRENOS BALDIOS, CONFORME DETERMINA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 005/1997, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE LIMPEZA URBANA, PARA QUE NOTIFIQUE O PROPRIETÁRIO OU REALIZE A LIMPEZA DOS TERRENOS LOCALIZADOS NAS QUADRAS 52, 35 E 43, ENTRE A RUA 16 DE MARÇO E PAVÃO E COBRE OS VALORES DOS MESMOS.

QUEREMOS COM A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO INDICADO, EVITAR TRANSTORNOS FUTUROS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E AOS PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS, POIS TEM SIDO FREQUENTE O "APARECIMENTO" DE INSETOS NOCIVOS À SAÚDE, COBRAS E OUTROS ANIMAIS QUE DEVERIAM ESTAR NAS MATAS, MAS QUE ESTÃO UTILIZANDO OS TERRENOS COMO MORADIAS, BEM COMO FACILITANDO A AÇÃO DE DESOCUPADOS E O DESPEJO DE TODOS OS TIPOS DE RESÍDUOS.

Nome	Rua Pavão	Identidade (RG)
Denzita de Souza	nº 343 fundos	
Corina de R. Souza	343	
Glauco Siqueira de Santo	nº 372	
Elton Jonhatan dos Santos	nº 372	
José Henri dos Santos	nº 235	
Zelia Terezinha dos Santos	nº 235	
Adriana Sch. dos Santos	nº 235	
Odilia Emeralda de Almeida	nº 209	
Tereza R. R. Santos	192	
Paulo Fernandes	149	
Maria A. Barros	221	
Rauloane C. de Sá	120	
Elisandro C. de Sá	257	
Joeli da Silva 329 fundos		
Joeli da Silva	329	
Thomaz de Deus Oliveira Mendes	401	95097032
Margarida Cicilia	401	
Sérgio Terezinha A. Lima	415	
Juliana Ribeiro Machado	377	
Suzana Siqueira		
Silvia Apa de Sá		
Manoel de Sá Siqueira	533	
Juliano Silva Soares	317	
Gláucia Siqueira da Silva	533 (fundos)	
Edmar de Almeida	341	
Edmar de Almeida de Almeida	341	
Dione Veloso da Silva	344	

[illegible]

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL
DO MUNICÍPIO Nº 378/1997

DE 09/10/1997

LEI COMPLEMENTAR Nº 005

De 30 de setembro de 1997

Institui, em Campo Mourão, o Código Municipal de Limpeza Urbana.

CAPÍTULO V

DOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO, MUROS, CERCAS E PASSEIOS

Art. 42. Os proprietários de terrenos, edificadas ou não, são obrigados a:

I - murá-los, quando se localizarem em vias e logradouros providos de pavimentação, de acordo com as normas estabelecidas em legislação específica;

II - guardá-los e fiscalizá-los, mantendo-os em perfeito estado de limpeza e, à exceção daqueles em que se configure a existência de banhados, drenados, evitando que sejam usados como depósito de resíduos em qualquer natureza;

III - nos logradouros que possuam meio-fio, executar a pavimentação do passeio fronteiro a seus imóveis dentro dos padrões estabelecidos pelo Município e mantê-los constantemente em bom estado de conservação e limpeza.

§ 1º Constatada a inobservância do disposto no inciso II deste artigo, o proprietário será notificado para iniciar a limpeza ou drenagem, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos e o mesmo prazo para o término do serviço.

§ 2º Constatada a inobservância do disposto nos incisos I e III deste artigo, o proprietário será notificado para iniciar a construção do muro e/ou calçadas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, devendo concluir no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado em razão de caso fortuito ou de força maior, observado o disposto no Capítulo X da presente Lei.

§ 3º Não havendo providências pelo proprietário, poderá o Município executar o serviço de limpeza, após a adoção das sanções previstas nesta Lei, e cobrar o custo correspondente do proprietário ou possuidor do imóvel, com os seguintes valores:

I - capina e limpeza 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) UFCM por m²;

II - muro e calçadas 7,0 (sete) UFCM por m².

§ 4º Pelos serviços de limpeza, construção de muros, calçada ou drenagem, executados pelo Município, além dos correspondentes custos do proprietário ou possuidor do imóvel, será cobrada taxa de administração, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor estipulado. (artigo 42, incisos e §§, alterados pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2005)

A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

(X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

() existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não

() Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)
() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b)
() Já transformado em diploma legal (167,I,C)

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

() Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação -
nº.....
(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

() a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 02 de MARÇO de 2006.

.....
ELIAS DA SILVA
Chefe da Divisão Legislativa



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

<input checked="" type="checkbox"/> Indicação nº	<u>255</u> /2006	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei nº	_____ /2006
<input type="checkbox"/> Indicação Legislativa nº	_____ /2006	<input type="checkbox"/> Projeto de Resolução	_____ /2006
<input type="checkbox"/> Requerimento	_____ /2006	<input type="checkbox"/> Emenda à L.O.M. nº	_____ /2006
<input type="checkbox"/> Outros	_____ /2006	<input type="checkbox"/> Moção nº	_____ /2006

AUTOR (ES):

OCORRÊNCIAS:

☒ Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.

☐ Verificação de Prejudicialidade.

☐ Vício de competência da matéria. Competência do (a).....

☐ Vício de origem. Competência privativa do (a).....

☐ Inconstitucional por ferir:.....

☐ Inorgânico por ferir:.....

☐ Ilegal por ferir:.....

☐ Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....

☐ Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....

☐ Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.

☐ Parecer Jurídico em anexo.

☐ Diligências necessárias ou sugeridas:.....

☐ A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.da LDO.

☐ A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.do PPA.

Parecer prolatado em 02/03 /2006.

☒ Favorável à tramitação.

☐ favorável à tramitação com emendas.

☐ Pela apresentação de substitutivo

☐ Contrário à tramitação

☐ Emendas em anexo.

☐ Substitutivo em anexo.

☐ Diligências.


GIOVANE JOSÉ MARTINS
Assessor Jurídico - OAB/PR 31.312